

EPR 2 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE nº 3530060530-6

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de junho de 2024**

**1. Data, Horário e Local:** 05/06/2024, às 10h, no endereço da sede social da **EPR 2 Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP. **II. Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404 de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **III. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga e Secretário: Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:** (i) emissão de novas ações pela Companhia; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **V. Deliberações:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i)** após o oferecimento do direito de preferência a todos os atuais acionistas da Companhia, considerando que o capital social da Companhia se encontra totalmente integralizado, a emissão de ações pela Companhia, conforme as seguintes condições: (a) 2.004.000,00 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 2.004.000,00, subscritas pela acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. e integralizadas em conformidade com o boletim de subscrição apresentado à Companhia, na forma do instrumento abaixo; (b) após a renúncia expressa do direito de preferência pela Voyager Participações S.A., 1.996.000,00 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 1.996.000,00, subscritas pelo Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.375.484/0001-54 e integralizadas em conformidade com o boletim de subscrição apresentado à Companhia, na forma do instrumento abaixo; Do total dos preços de emissão indicados acima: (a) R\$ 2.000,00 serão destinados ao aumento do capital social da Companhia, o qual será aumentado dos atuais R\$ 70.585.137,00 para R\$ 70.587.137,00, representado por 293.435.018 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; e (b) R\$ 3.998.000,00 serão destinados à reserva de capital. (ii) Em razão da aprovação das matérias acima, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 70.587.137,00, representado por 293.435.018 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."** (iii) De forma a refletir as deliberações acima, a reforma e consolidação do estatuto social da Companhia, o qual passa a vigorar com a redação constante no Anexo I a esta ata. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual lavrou-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no Artigo 130, §1º da Lei das S.A. que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **VII. Assinaturas:** Presidente, Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário, Sr. Enio Stein Júnior. Acionistas - Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por Leandro Antônio Grisi e Rholf Alvarenga Badine) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, representado por sua gestora, Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., a qual é representada, por sua vez, nos termos do seu contrato social por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas. São Paulo, 05/06/2024. JUCESP nº 255.849/24-2 em 27/06/2024. Maria Cristina Freire Secretária Geral. **Estatuto Social Consolidado. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º -** A EPR 2 Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis, bem como pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 19-B Jardim Paulistano, CEP 01451-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social: (i) Explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem, empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; e (ii) Prestar serviços de engenharia, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras no geral e a participação em sociedades que prestem tais serviços. **Artigo 4º -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 70.587.137,00, representado por 293.435.018 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§1º -** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). **§2º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos e atos inerentes. **§3º -** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **§4º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **§5º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **§6º -** A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados. **§7º -** É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º -** Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários convertíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º -** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% do valor devido. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º -** Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em Assembleia Geral ordinária, a ser realizada nos 4 primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º -** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **§1º -** Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente - quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente - quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **§2º -** Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. **§3º -** As Assembleias Gerais somente se instalarão, em 1ª convocação, com a presença de acionistas representando mais do que 75% do capital social votante; e, em 2ª convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **§4º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, §1º da Lei das S.A. **§5º -** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. **§6º -** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **§7º -** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10 -** Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: **(i)** Alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (c) alterar as atribuições mínimas do Diretor Financeiro previstas no Artigo 17, §4º; (d) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou (e) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificado de aprovação em relação às Matérias Qualificadas; **(ii)** fixação do montante global da remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado, caso exceda o montante global previsto no plano de negócios aprovado; **(iii)** aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia ou de subsidiárias; **(iv)** deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; **(v)** transformação do tipo societário; **(vi)** fusão incorporação ou cisão envolvendo a Companhia ou subsidiárias, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; **(vii)** registro de companhia aberta na categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários convertíveis em ações de emissão da Companhia ou de subsidiária; **(viii)** dissolução e liquidação da Companhia ou de subsidiária; **(ix)** nomeação e destituição de liquidante da Companhia ou de subsidiária; **(x)** apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia ou subsidiária; **(xi)** participação em grupo de sociedades, pela Companhia ou subsidiária, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; e **(xii)** aprovação de qualquer das matérias de competência do Conselho de Administração listadas no Art. 16, caso a matéria venha porventura a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 11 -** Exceto se maior quórum for exigido pela Lei das S.A., as deliberações nas Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante, salvo pelas matérias previstas nos itens (i) a (xii) do Artigo 1 ("Matérias Qualificadas"), cuja aprovação dependerá do voto afirmativo de acionistas titulares de, pelos menos, 75% (setenta e cinco por cento) das ações ordinárias mais l (uma) ação ordinária. **Artigo 12 -** O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer

cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **Capítulo IV. Administração. Artigo 13 -** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria. **§1º -** Os membros da administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **§2º -** Em caso de substituição de membro da administração, o substituto completará o mandato do membro substituído. **§3º -** Todos os administradores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A., incluindo (i) não ser impedido por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estar inabilitado por ato da Comissão de Valores Mobiliários; (iii) ter reputação ilibada; e (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e de suas subsidiárias, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, e não ter interesse conflitante com a Companhia, salvo, em ambos os casos, dispensa da Assembleia Geral da Companhia. **§4º -** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração de cada administrador. **§5º -** Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Capítulo V. Conselho de Administração. Artigo 14 -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração será composto por até 5 membros, com mandato unificado de 1 ano, permitida a reeleição. **§1º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Conselheiros. **§2º -** Em caso de vacância, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **§3º -** O Conselho de Administração terá um presidente, que será escolhido pela Assembleia Geral conforme o disposto no Acordo de Acionistas. **§4º -** Em caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho de Administração indicará o seu substituto dentre os demais Conselheiros. **Artigo 15 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês (ou em tal outra periodicidade acordada por todos os membros do Conselho de Administração), e, extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da Companhia. **§1º -** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) ou, na hipótese deste retardar a convocação, por quaisquer 2 membros do Conselho de Administração, em conjunto, mediante o envio de correspondência eletrônica a todos os Conselheiros, com apresentação da ordem do dia, acompanhada dos documentos pertinentes, com antecedência mínima de 5 dias úteis, em 1ª convocação, e, em 2ª convocação, com, pelo menos, 2 dias úteis de antecedência. **§2º -** Além de presencialmente, as reuniões do Conselho de Administração poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§3º -** O presidente do Conselho de Administração será responsável por presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar os respectivos secretários. **§4º -** As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas, em 1ª convocação, com a presença da maioria dos conselheiros eleitos e, em 2ª convocação, com qualquer número de conselheiros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **§5º -** As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas pela maioria dos membros presentes à reunião do Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o voto de desempate do presidente do Conselho de Administração, salvo em relação às matérias indicadas no Artigo 16, as quais deverão ser aprovadas, cumulativamente, (i) pela maioria dos Conselheiros e (ii) pelo voto afirmativo de 2 Conselheiros indicados por acionistas que deliverem, pelo menos, 25% das ações ordinárias, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **§6º -** O presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) terá o voto de desempate nas deliberações do Conselho de Administração. **§6º -** As atas das reuniões do Conselho de Administração deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16 -** O exercício de suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente, deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovação de investimento em novos empreendimentos ou de expansão de investimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção e do respectivo plano de negócios; (ii) alterações ao plano de negócios aprovado em assunto que implique alteração igual ou superior a 10% do montante previsto no plano de negócios aprovado; (iii) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (iv) aprovar planos de remuneração referenciados em ações que não sejam de competência da Assembleia Geral; (v) determinar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio não previstos no plano de negócios aprovado; (vi) outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; (vii) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures convertíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (viii) contratação de endividamento, (a) em valor que eleve a razão Dívida Líquida/ EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de, no máximo, 10%, salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia ou subsidiária sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado ou (b) pela Companhia, que envolva a outorga de garantias fidejussórias por parte dos acionistas ou suas afiliadas, exceto subsidiárias da Companhia; (ix) autorizar a negociação, pela Companhia ou subsidiária, de suas próprias ações, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (x) definir o voto a ser proferido por (a) representante da Companhia nas Assembleias Geral ou reunião de sócio de subsidiária ou (b) membro não-independente indicado pela Companhia para o conselho de administração de subsidiária em reunião do respectivo conselho de administração, em qualquer dos dois casos quando a matéria for uma das matérias detalhadas no Artigo 10 ou neste Artigo 16; (xi) realização de investimentos de capital (*capex*) superior a 10% do montante total previsto no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado aplicável, salvo se comprovadamente necessário para o cumprimento das obrigações do respectivo contrato de concessão ou perante autoridades governamentais; (xii) outorga, pela Companhia ou qualquer subsidiária, de garantia, real ou fidejussória (inclusive qualquer oneração da participação da Companhia em qualquer subsidiária), salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia ou de subsidiária, observados os termos do plano de negócios aprovado; (xiii) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia ou qualquer subsidiária, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), inclusive nova subsidiária, ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em conformidade em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xv) abaixo; (xiv) criação (i.e., constituição), pela Companhia ou qualquer subsidiária, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia ou subsidiária; (xv) celebrar, alterar ou resiliar quaisquer acordos de sócios, acionistas ou catistas nas subsidiárias; (xvi) participação, da Companhia ou qualquer subsidiária, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; (xvii) alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia) ou da respectiva subsidiária (no caso de alienação de ativos por uma subsidiária); (xviii) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia ou qualquer subsidiária e, de outro, uma parte relacionada, exceto por (a) contratos entre a Companhia e as subsidiárias ou entre estas ou (b) contratos entre, de um lado, a Companhia ou subsidiárias e, do outro, um veículo integralmente detido pelos acionistas da Companhia, nas proporções previstas no Acordo de Acionistas; (xix) abandonar ou rescindir contratos de concessão; (xx) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xvi) propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais; e (xvii) contratação de auditores independentes, salvo se uma das firmas de auditorias previstas no Acordo de Acionistas. **Capítulo VI. Diretoria. Artigo 17 -** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 até 5 diretores, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiro e os demais Diretores sem designação específica ou com a designação que o Conselho de Administração estabelecer na sua eleição. **§1º -** Os Diretores terão mandato de até 2 anos, sendo permitida a reeleição. **§2º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **§3º -** Compete ao Diretor Presidente (i) superintender os negócios e supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia; (ii) coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria; (iii) implantar e garantir a execução das políticas da Companhia; (iv) a coordenar as áreas jurídicas, de auditoria interna e de comunicações; (v) coordenar promover ações de comunicação empresarial; (vi) elaborar e revisar, em conjunto com o Diretor Financeiro, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração, os orçamentos anuais da Companhia e de suas subsidiárias; (vii) presidir as reuniões da Diretoria; e (viii) submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requirem exame e aprovação do Conselho de Administração. **§4º -** Compete ao Diretor Financeiro (i) superintender as atividades financeiras da Companhia e das subsidiárias, como, por exemplo, atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, gestão do fluxo de caixa, obrigações fiscais, obrigações tributárias acessórias, contratação de seguros e garantias, planejamento financeiro e acompanhamento dos covenants financeiros; (ii) indicar os membros da equipe financeira da Companhia e das subsidiárias; (iii) elaborar e manter a contabilidade e as demonstrações financeiras; (iv) elaborar e revisar, em conjunto com o Diretor Presidente, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração, os orçamentos anuais da Companhia e de suas subsidiárias; (v) acompanhar a execução financeira dos planos de negócios e dos orçamentos anuais aprovados; (vi) gerenciar o caixa e administrar e controlar as reservas financeiras; (vii) coordenar as captações de mercado da Companhia e das subsidiárias; e (viii) acompanhar os trabalhos dos auditores externos. **§5º -** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto. **§6º -** Os demais Diretores terão as atribuições que lhes sejam fixadas pelo Diretor Presidente, bem assim as que lhes sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração na sua eleição. **Artigo 18 -** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **§1º -** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **§2º -** Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§3º -** As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **§4º -** Não será aprovada

nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os Diretores. **§5º -** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 19 -** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração, competindo-lhe especialmente: **(i)** cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; **(ii)** administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; **(iii)** administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos a Companhia; **(iv)** administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; **(v)** realizar os estudos de viabilidade técnica, regulatória, jurídica e econômico-financeira e avaliar os potenciais investimentos da Companhia e suas subsidiárias; **(vi)** elaborar os planos de negócios de cada subsidiária, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração; **(vii)** observar o orçamento anual aprovado; **(viii)** deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia; **(ix)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e **(x)** aprestar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social. **Artigo 20 -** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais ou quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: **(i)** por 2 Diretores, agindo sempre em conjunto; **(ii)** por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Único desta Cláusula; **(iii)** por 2 procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto, constituídos conforme previsto no Único desta Cláusula; **(iv)** por 1 (um) Diretor ou procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subestabelecimento sem reservas, constituído conforme previsto no Único desta Cláusula. **§Único -** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 Diretores, e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo VII. Conselho Fiscal. Artigo 21 -** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **§1º -** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **§2º -** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **§3º -** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 22 -** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VIII. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 23 -** O exercício social tem início em 10 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **§Único -** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 24 -** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: **(i)** 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e **(ii)** 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. **§Único -** A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. **Artigo 25 -** A Companhia poderá: **(i)** levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; **(ii)** levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, §1º, da Lei das S.A.; e **(iii)** creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo IX. Liquidação. Artigo 26 -** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Artigo 27 -** A Companhia deverá observar fielmente o Acordo de Acionistas, nos termos previstos no artigo 118 da Lei nº 6.404/1976. **§Primeiro.** O presidente da Assembleia Geral e o presidente das reuniões do Conselho de Administração não computarão o voto proferido em desacordo com o Acordo de Acionistas. **§Segundo.** A Companhia e suas subsidiárias não registrarão em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia e às subsidiárias, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de ações que viole as disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo XI. Arbitragem. Artigo 28 -** Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. **(i)** A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. **(ii)** A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 (três) árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **(iii)** Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. **(iv)** Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. **(v)** A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, e conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo XII. Disposições Gerais. Artigo 29 -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas. São Paulo, 05/06/2024.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





## Ibitu Energia S.A.

CNPJ nº 31.908.280/0001-64 - NIRE 35.300.527.291

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de agosto de 2024

**1. Data, hora e local:** Em 09/08/2024, às 12:00 horas, na sede social da **Ibitu Energia S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000 ("Companhia"). **2. Convocação e presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no Artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estar presente o acionista representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionista"). **3. Mesa:** Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**; Secretária: **Viviane de Oliveira Soares**. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 80.000.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto com o respectivo cancelamento de 80.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada; (ii) a reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de maneira a refletir as alterações do capital social; (iii) a rerratificação da Assembleia Geral Extraordinária de 01/05/2023, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 274.045/23-0 e a consolidação do Estatuto Social e (iv) autorização para que a Diretoria da Companhia, pratique ou exerça todos e quaisquer atos relacionados à implementação da Ordem do Dia. **5. Deliberações:** O Acionista presente resolveu aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: 5.1. Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais 1.705.914.058,19 para R\$ R\$ 1.625.914.058,19 uma redução de capital, portanto, de R\$ 80.000.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, realizada, ainda, com o cancelamento de 80.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, estabelecido nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações. 5.1.1. Consignar que, nos termos do §1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirográficos por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. 5.1.2. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.1.1 acima, desde que constatada a inexistência de oposição de credores quirográficos por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.1.3. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante de R\$ 80.000.000,00, será restituída ao Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. 5.2. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, refletir a redução de capital e o cancelamento de ações da Companhia, que passa a vigorar seguinte redação: "Artigo 5º. O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.625.914.058,19 dividido em 1.625.914.058 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." 5.3. O acionista decide rerratificar a Assembleia Geral Extraordinária do dia 01/03/2023, registrada sob a numeração 274.045/23-0, ("AGE"), de modo que a redação do Artigo 24º do Estatuto Social, citado no item 5.4 da AGE, vigore com a seguinte redação: "Artigo 24º. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, bem como perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais e autoridades, para dar efeito a quaisquer tipos de negócios, incluindo a assinatura de contratos e acordos, e, observada necessidade de aprovação prévia dos acionistas, conforme estabelecido no artigo 13 acima, deverá ser exercida por 2 membros da Diretoria, agindo em conjunto." 5.4. O Acionista decide consolidar o Estatuto Social de acordo com as deliberações dos itens 5.2 e 5.3, além das deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas em 01.07.2022, 01.05.2023, 28.06.2023, 20.09.2023, 17.10.2023, 18.03.2024 e 19.03.2024, arquivadas nesta Junta Comercial, respectivamente, sob as numerações 463.282/22-0, 274.045/23-0, 362.966/23-0, 457.822/23-5, 487.220/23-7, 151.549/24-2 e 215.060/24-6. 5.4.1. O Estatuto Social da Companhia passará a vigorar conforme o Anexo I da presente ata. 5.5. O Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos, Presidente; Viviane de Oliveira Soares, Secretária. **Acionista:** Astra Infraestrutura I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, representada por sua administradora REAG Administradora de Recursos Ltda. "A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio". São Paulo, 09/08/2024. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos, Presidente; Viviane de Oliveira Soares, Secretária. **Acionista:** Astra Infraestrutura I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, representada por sua administradora REAG Administradora de Recursos Ltda. **Consolidação do Estatuto Social. Capítulo I. DA denominação, sede, objeto e prazo de duração. Artigo 1º.** A **Ibitu Energia S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, no 360, 12º andar - parte, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação do Conselho de Administração. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (a) a participação em sociedades, situadas no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista, que atuem, direta ou indiretamente (a.i) no setor de energia; (a.ii) na realização de estudos, projetos construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica e de redes de transmissão de energia elétrica; (a.iii) em concessão de serviços públicos na área de energia; na exploração de aproveitamentos de potencial de energia; (a.iv) na realização de serviços e atividades pertinentes e compatíveis com a prestação de serviços energéticos; (a.v) na geração, produção, comercialização, transmissão, distribuição de energia elétrica, inclusive todas as etapas intermediárias, assim como a operação e manutenção de tais sistemas; (a) a atuação direta nas atividades mencionadas anteriormente e o exercício de atividades conexas ou relacionadas; (c) a participação em procedimentos concorrenciais, licitações ou certames, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades ou pessoas, visando a execução das atividades acima mencionadas. **§Único.** As atividades constantes do objeto social da Companhia poderão ser desenvolvidas no Brasil ou no exterior. **Artigo 4º.** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Do capital e das ações. Artigo 5º.** Artigo 5º. O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.625.914.058,19 dividido em 1.625.914.058 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§1º.** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§2º.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§3º.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$5.000.000.000.000, mediante a emissão de até 5.000.000.000 de ações ordinárias nominativas ao preço de R\$ 1,00 por ação, independentemente de reforma estatutária. **§1º.** Competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre as emissões de ações dentro do limite do capital autorizado. O preço de emissão será fixado pelo Conselho de Administração, sem diluição injustificada da participação dos antigos acionistas, ainda que tenham direito de preferência para subscrevê-las. **Capítulo III. Das assembleias gerais. Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§Único.** A Assembleia Geral será presidida por acionista ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Artigo 8º.** As assembleias gerais extraordinárias serão convocadas mediante notificação por escrito a todos os acionistas em seus respectivos endereços, que deverão ser enviadas com até 8 dias de antecedência da assembleia geral. A ordem do dia e os materiais de suporte relacionados aos assuntos a serem deliberados em assembleia geral serão enviados pelo Conselho de Administração aos acionistas ao mesmo tempo em que a notificação referida no presente artigo. **§Único.** Independentemente de quaisquer formalidades adicionais, as assembleias que contarem com a presença de todos os acionistas serão consideradas realizadas regularmente. **Artigo 9º.** Nenhuma matéria deverá ser tratada em qualquer assembleia geral devidamente convocada e realizada a não ser aquelas especificadas no edital de convocação, salvo se for acordado de outra forma por escrito por todos os Acionistas. **Artigo 10º.** O quórum de instalação de uma assembleia geral convocada em primeira convocação será a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo que, em segunda convocação, a assembleia geral será validamente instalada com a presença dos detentores de, no mínimo, metade do percentual das ações de emissão da Companhia. **Artigo 11º.** Em qualquer assembleia geral, qualquer detentor de ação com direito a voto terá direito a um voto por ação. O acionista que tiver algum conflito de interesse com os interesses da Companhia não poderá votar e não terá seu voto contabilizado na deliberação correspondente, nos termos do artigo 115, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 12º.** As deliberações serão tomadas em Assembleia Geral pelo voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações representativas do capital social votante da Companhia presentes à assembleia, exceto se um quórum maior for previsto nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 13º.** Sem prejuízo das atribuições previstas pela Lei das Sociedades por Ações ou por este Estatuto Social, as seguintes matérias estarão sujeitas à aprovação prévia e escrita dos acionistas: (i)

tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal (se instalado) e aprovar a remuneração global da administração; (iv) alterar o Estatuto Social da Companhia; (v) criar ou emitir qualquer nova classe de ações (vi) aumentar o capital social mediante a contribuição de ativos e aprovar sua avaliação; (vii) aprovar a emissão de debêntures; (viii) aprovar reduções de capital da Companhia; (ix) realizar qualquer alteração aos direitos ou privilégios inerentes a quaisquer das ações da Companhia (x) reduzir o valor do dividendo mínimo, (xi) aprovar a transformação, incorporação, incorporação de quotas e fusão, cisão, ou reorganização societária, (xii) alterar o objeto social da Companhia, (xiii) resgatar ações; (xiv) encerrar o estado da liquidação da Companhia, (xv) criar partes beneficiárias; (xvi) suspender os direitos de qualquer acionista, (xvii) autorizar a administração a requerer falência; (xviii) postular ações em face dos administradores; (xix) dissolver a Companhia; e (xx) a aprovação dos acionistas deverá ser solicitada para que as ações da Companhia sejam dadas como garantia no caso de endividamento. **Capítulo IV. Da administração. Seção I - Das disposições gerais. Artigo 14º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, os quais serão eleitos para exercer as funções e poderes previstos em lei e nas disposições deste Estatuto Social. **§1º** - A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. **§2º** - O eventual exercício, por qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria, de qualquer direito de voto, durante as reuniões da Companhia, de forma contrária às disposições deste Estatuto, acarretará a nulidade da respectiva deliberação. **§3º** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse em livro próprio, prestando as informações exigidas por lei, dentro dos 30 dias que se seguirem à sua eleição. **Artigo 15º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão (i) ser profissionais que atendam aos requisitos de qualificação necessários para o cargo e desempenho de suas respectivas funções; e (ii) cumprir integralmente as disposições deste Estatuto. **Artigo 16º.** Os atos de qualquer acionista, Diretor, empregado ou procurador que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhas ao objeto social, incluindo, mas não se limitando, a avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, são expressamente vedados e serão considerados nulos, sem efeito e inválidos com relação à Companhia, exceto se previamente autorizados na forma do Artigo 13 deste Estatuto Social. **Seção II - Do conselho de administração. Artigo 17º.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição, observando o disposto na Lei das Sociedades por Ações. A Assembleia Geral, quando da eleição do Conselho de Administração, deverá designar o seu Presidente, o qual não terá voto de qualidade. **§1º** - Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, qualquer membro do Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral, no prazo de até 30 dias corridos contatos do recebimento de notificação escrita de qualquer acionista ou administrador, para eleger seu substituto, que completará o prazo de gestão em curso. **§2º** - Em caso de impedimento temporário ou ausência, o conselheiro temporariamente impedido ou ausente poderá nomear outro membro do Conselho de Administração para que esse voto em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração. **Artigo 18º.** Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias ao menos semestralmente e extraordinárias sempre que necessário. **§1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por qualquer de seus membros, mediante envio de notificação escrita, entrega pessoal ou por correio eletrônico (e-mail) ou aos conselheiros, com antecedência de 5 dias e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. **§2º.** Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros. **§3º.** O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração em primeira convocação somente existirá se todos os membros do Conselho de Administração estiverem presentes, sendo que, em segunda convocação, tal reunião do Conselho de Administração será validamente instalada com a presença de qualquer número de membros do Conselho de Administração. **§4º.** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta de indicação, por outro conselheiro indicado pela maioria dos conselheiros presentes, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo presidente da reunião. **§5º.** Os conselheiros que não puderem comparecer a uma reunião do Conselho de Administração, conforme mencionado acima, poderão, no entanto, ou (i) ser representados por outro conselheiro por meio de procuração a ser entregue ao presidente do Conselho de Administração, desde que tal procuração seja enviada por carta registrada ou por e-mail para o presidente do Conselho de Administração antes da realização da reunião; ou (ii) entregar o seu voto por escrito ao presidente do Conselho de Administração, pessoalmente ou via correspondência expressa, certificada ou registrada pelo correio ou enviado por telecópia ou e-mail. Nesses casos, os conselheiros que não puderam comparecer à reunião do Conselho de Administração serão considerados presentes em tal reunião. Os conselheiros que não estiverem fisicamente presentes na reunião, mas estejam participando por videoconferência ou por teleconferência, deverão enviar seus votos para o(a) secretário(a) da reunião por e-mail assim que a reunião terminar, o que deverá ser registrado na ata da reunião. **§6º.** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. **§7º.** Os Conselheiros poderão participar das reuniões por meio de conferência telefônica ou vídeo conferência, e enviar seu voto por sistema próprio de votação da Companhia, correio eletrônico, assinaturas digitais ou qualquer outra forma por eles aprovada. **Artigo 19º.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos conselheiros eleitos, exceto se de outra forma estabelecido em lei. **Artigo 20º.** Ao Conselho de Administração, como órgão de deliberação colegiada cabe, além das atribuições previstas em lei: (i) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar sua remuneração individual (inclusive os critérios para que recebam bônus de incentivo de curto prazo, bônus de incentivo de longo prazo e os critérios à aprovação anual destes, bem como suas atribuições e responsabilidades; (ii) aprovar o estatuto dos diretores executivos e suas alterações; (iii) aprovar os planos de opção de compra de ações ou outros programas de incentivo direcionados aos funcionários da Companhia, bem como qualquer bônus concedido nos termos de tais planos e programas; (iv) determinar as funções, deveres e limites de competência dos diretores da Companhia e de suas subsidiárias que não tenham sido especificamente previstas no presente Estatuto Social ou no estatuto dos diretores executivos; (v) supervisionar a conduta dos diretores e examinar, a qualquer momento, os livros, papéis e outros documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos assinados ou a serem assinados e sobre quaisquer outros atos; (vi) aprovar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia ou de suas Subsidiárias dentro dos valores e limites aprovados pelo capital social autorizado; (vii) aprovar a abertura ou fechamento de capital da Companhia ou de suas Subsidiárias em qualquer bolsa de valores ou mercado de balcão, (viii) aprovar qualquer declaração de dividendos intermediários, distribuição ou retorno de capital pela Companhia ou por suas Subsidiárias; (ix) determinar e aprovar o voto a ser proferido pela Companhia (inclusive em assembleias gerais de acionistas e cotistas) com relação a qualquer (a) subsidiária ou (b) entidade na qual a Companhia detenha cotas, ações ou quaisquer outros valores mobiliários ou títulos, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas no período de 12 meses (exceto transações de negociação na bolsa de valores), caso tal valor não esteja incluído no orçamento anual da Companhia, (x) aprovar a assunção, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de qualquer endividamento; (xi) nomear ou alterar os auditores independentes ou o período contábil da Companhia ou de suas Subsidiárias; (xii) aprovar a concessão de qualquer garantia sobre os ativos da Companhia, ou de suas Subsidiárias; (xiii) aprovar a aquisição (inclusive a participação na formação) ou disposição de qualquer subsidiária, cotas, ações, valores mobiliários ou outras participações em qualquer subsidiária empresa, estabelecimento comercial ou fundo de comércio, inclusive por meio da aquisição ou venda da totalidade ou de quase todos os ativos de qualquer subsidiária, empresa, estabelecimento comercial ou fundo de comércio, ou qualquer outra transação similar; (xiv) aprovar a venda ou cessão de quaisquer ativos da Companhia ou de suas subsidiárias, exceto pelos ativos cujo valor de mercado seja inferior a R\$ 1.000.000,00; (xv) aprovar a compra ou locação de imóveis pela Companhia, ou por suas subsidiárias, bem como quaisquer pagamentos devidos a título de remuneração ou indenização pelo uso de terrenos em virtude do processo de DUF, em valor superior a R\$ 1.000.000,00, exceto pelas transações já incluídas no orçamento anual da Companhia e/ou nos orçamentos especiais aprovados pelo Conselho de Administração para tais projetos e investimentos; (xvi) aprovar a assinatura, pela Companhia, ou por suas subsidiárias, de qualquer transação em valor superior a R\$ 1.000.000,00, exceto por transações que estejam de acordo com a política de risco energético de negociação, caso tal transação não esteja incluída no orçamento anual; (xvii) aprovar a instalação de um comitê previsto em lei ou não, inclusive de auditoria, remuneração, governança, técnico, financeiro, administrativo ou executivo, bem como nomear ou substituir seus membros; (xviii) aprovar a abertura, transferência ou fechamento de filiais, agências ou escritórios no território brasileiro; (xix) assinar, alterar ou rescindir qualquer contrato de parceria ou de participação nos lucros ou de joint venture/sindicalização firmado com qualquer outra pessoa ou empresa; (xx) aprovar a Política de Compliance Anticorrupção e as políticas Ambientais, de Saúde e Segurança da Companhia; (xxi) aprovar a política de risco de negociação de energia (bem como determinar os limites de volume, duração e exposição) e quaisquer revisões periódicas. Monitorar o cumprimento da referida política; e (xxii) aprovar o orçamento anual, plano de negócios para cinco anos da Companhia e de suas Subsidiárias, e quaisquer revisões periódicas destes. **Seção III - Da diretoria. Artigo 21º.** A Diretoria será composta por, pelo

menos, 2 e no máximo 5 membros, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiro, 1 Diretor Técnico, 1 Diretor Jurídico e 1 Diretor de Projetos Especiais, todos eles pessoas físicas residentes e domiciliadas no Brasil, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 3 anos, e destituíveis a qualquer momento, sendo permitida a reeleição e o permitido o acúmulo de cargos. **§1º.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução, salvo se decidido de forma diversa pelos acionistas representando a maioria absoluta dos votos. **§2º.** Os diretores assumirão seus respectivos cargos mediante a assinatura do termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, e permanecerão em seus cargos até a eleição de seus substitutos. **Artigo 22º.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 23º.** Respeitadas as competências do Conselho de Administração, os diretores terão poderes para (i) administrar e conduzir os negócios da Companhia, podendo tomar as ações necessárias ou convenientes para esse fim, exceto aquelas que, por disposições legais ou por disposições deste Estatuto, sejam atribuídas à Assembleia Geral de Acionistas e ao Conselho de Administração; (ii) representar a Companhia perante terceiros, para obter direitos e contratar obrigações; e (iii) outorgar procuração, nos termos do Artigo 24, §Único. **§Único.** No caso de vacância no cargo de qualquer membro da Diretoria, a respectiva substituição será convocada dentro de 5 dias contados a partir da data da vacância. Para os fins deste parágrafo, a vacância no cargo de um diretor ocorrerá após renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. **Artigo 24º.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, bem como perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais e autoridades, para dar efeito a quaisquer tipos de negócios, incluindo a assinatura de contratos e acordos, e, observada necessidade de aprovação prévia dos acionistas, conforme estabelecido no artigo 13 acima, deverá ser exercida por 2 membros da Diretoria, agindo em conjunto. **§Único.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por dois Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes concedidos e ter um prazo de validade determinado, que não poderá exceder um 1 ano, exceto aquelas para fins judiciais que poderão ser válidas por prazo indeterminado. **Artigo 25º.** Compete à Diretoria gerenciar o andamento dos negócios da Companhia, praticando todos os atos necessários ao seu regular funcionamento. **§Único.** Ao Diretor Presidente compete presidir a reunião da Diretoria, atribuir funções aos demais Diretores, executar e fazer cumprir as deliberações legais e estatutárias da Diretoria e a supervisão ampla e geral da Companhia. **Capítulo V. Conselho fiscal. Artigo 27º.** O conselho fiscal é órgão de funcionamento não permanente, o qual poderá ser instalado a qualquer momento mediante solicitação de qualquer acionista, nos termos estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações. O conselho fiscal é composto por 3 membros efetivos e número igual de membros suplentes, eleitos pela assembleia geral com mandato de 1 ano sendo admitida a reeleição. Quando estiver em funcionamento, o conselho fiscal terá os poderes e atribuições que lhe são conferidos pela Lei das Sociedades por Ações. **§1º.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **§2º.** A remuneração dos membros do conselho fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger. **§3º.** A investidura dos membros do conselho fiscal será realizada mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, o qual fornecerá as informações exigidas por lei, dentro de 30 dias seguintes à sua eleição. **Capítulo VI. Do exercício social, balanço, lucros e dividendos. Artigo 28º.** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável. **§Único.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser objeto de auditoria por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 29º.** De acordo com o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social, o lucro líquido da Companhia apurado em cada exercício será destinado da seguinte forma: (I) 5% do lucro líquido será destinado a reserva legal, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações; (II) 25% do Lucro Líquido do Exercício serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo legal, sendo o lucro diminuído ou acrescido dos valores previstos nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (III) O restante será objeto de proposta dos órgãos da administração para a Assembleia Geral. **Artigo 30º.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos e intermediários a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Capítulo VII. Da dissolução e liquidação. Artigo 31º.** A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei ou por deliberação da assembleia geral, que estabelecerá a forma de liquidação, nomeará o liquidante e instalará o conselho fiscal por todo o período de liquidação, elegendo seus membros e fixando os honorários correspondentes conforme estabelecido nos Artigos 208 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VIII. Disposições gerais. Artigo 32º.** As Partes enviarão seus melhores esforços para resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste Estatuto Social de forma amigável. Caso não seja possível chegar a uma solução amigável, as partes envolvidas concordarão que qualquer disputa, controvérsia ou reclamação decorrente, relacionada ou em conexão a este Estatuto e seus respectivos Adendos, incluindo todas as questões relativas à sua existência, validade, efetividade, violação, interpretação, rescisão e suas consequências ("Disputas") serão finalmente resolvidas por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307/96 ("Lei da Arbitragem"), e nos termos das seguintes disposições. **§1º.** Qualquer Disputa entre os acionistas ou deles contra a Companhia, ou envolvendo seus administradores e membros do Conselho Fiscal relativo a este estatuto social ou a Companhia será submetida à arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara") de acordo com suas Regras de Arbitragem, conforme vigente no momento do pedido de arbitragem ("Regras"), exceto como eles puderem vir a ser modificados aqui ou por mútuo acordo entre as Partes. **§2º.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, onde a sentença arbitral será proferida. Os árbitros não terão poder para decidir segundo a equidade. **§3º.** O tribunal arbitral deverá incluir 3 árbitros ("Tribunal Arbitral"), um nomeado pela parte suscitante ou as partes suscitantes em conjunto; e outro, pela parte suscitada ou partes suscitadas em conjunto. Dentro dos 15 dias da sua confirmação pela Câmara, os dois árbitros nomeados pelas partes deverão nomear o terceiro árbitro que também atuará como árbitro-presidente. Se alguma das partes ou os árbitros nomeados pelas partes deixar de designar um árbitro, a nomeação será feita de acordo com as Regras. **§4º.** Todos os custos e despesas do processo arbitral serão arcados pelas partes igualmente durante todo o processo de arbitragem. A sentença arbitral deverá então atribuir à sucumbente, ou a ambas as partes, proporcionalmente ao seu sucesso relativo em suas reivindicações e pedidos reconvencionais, os custos e despesas de arbitragem, incluindo honorários advocatícios extracontratuais. Outras despesas como honorários advocatícios contratuais, honorários de especialistas, despesas gerais e quaisquer outros custos incorridos pelas partes para argumentar seu caso não serão reembolsados. **§5º.** Sem prejuízo a este acordo de arbitragem, as Partes escolhem o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja - como os tribunais com jurisdição exclusiva para os únicos fins de (i) garantir o início do processo arbitral; e (ii) conceder medidas conservatórias e provisórias antes da constituição do Tribunal Arbitral. Qualquer medida provisória concedida por uma autoridade judicial será prontamente informada pela parte requerente na Câmara e poderá ser confirmada, alterada ou suspensa pelo Tribunal Arbitral assim que for constituída. **§6º.** Uma vez devidamente constituído, o Tribunal Arbitral terá jurisdição exclusiva em relação a quaisquer medidas conservatórias ou provisórias. **§7º.** A sentença arbitral será definitiva e, como quaisquer providências e medidas provisórias proferidas pelo Tribunal Arbitral, serão juridicamente vinculativas para as Partes e seus sucessores, e poderão ser impostas em qualquer tribunal que tenha sua jurisdição ou que tenham jurisdição sobre a parte relevante e/ou qualquer dos seus ativos. **§8º.** A arbitragem será confidencial e as partes não divulgarão a terceiros quaisquer informações ou documentos produzidos na arbitragem que não estejam sob domínio público, nem qualquer evidência ou material criado para fins de arbitragem, ou qualquer ordem ou sentença arbitral emitida ou proferida na arbitragem, exceto, e na medida em que tal divulgação seja exigida z (i) por lei ou regulamento, (ii) para proteger ou perseguir um direito legal, (iii) z para impor ou impugnar um pedido ou sentença perante uma autoridade judicial competente; ou (iv) para obter aconselhamento ou conselho de seus assessores legais, regulamentares, financeiros, contábeis ou similares. Todas e quaisquer controvérsias relacionadas com as obrigações de confidencialidade aqui contidas serão finalmente resolvidas pelo Tribunal Arbitral. **Artigo 33º.** No caso de a Companhia realizar uma oferta pública de ações, a Companhia deverá aderir ao setor especial da bolsa de valores ou de uma entidade de mercado de balcão organizada que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa. **Artigo 34º.** Todos e quaisquer Acordos de Acionistas, Regulamentos e Regimentos Internos de órgãos de administração, bem como contratos com partes relacionadas e acordos ou planos de incentivo para que os empregados adquiram ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia, serão arquivados na sede da Companhia e mantidos à disposição dos acionistas da Companhia que possam desejar ter acesso ao seu conteúdo. **§Único.** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sede social na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar transações de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral e ao Presidente do Conselho de Administração não computar o voto proferido com infração de acordo de acionistas devidamente aprovado. **Artigo 35º.** Os casos não tratados neste Estatuto Social serão resolvidos mediante a aplicação de disposições legais vigentes e, se de outra forma, por resolução da Assembleia Geral. São Paulo, 09/08/2024.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





Caldeirão Grande 2 Solar S.A.

CNPJ/MF nº 48.949.370/0001-04 - NIRE nº 35.300.606.523

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de agosto de 2024

**1. Data, hora e local:** Realizada em 09/08/2024, às 10:00 horas, na sede social da **Caldeirão Grande 2 Solar S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, sala 1, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000 ("Companhia").

**2. Convocação e presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no Artigo 124, §4º, da Lei Federal nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionista").

**3. Mesa:** Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**; Secretária: **Viviane de Oliveira Soares**.

**4. Ordem do dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no valor de R\$30.000,00 para o aumento do valor do capital social da Companhia, mediante a emissão de 30.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada; (ii) a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 80.000.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Companhia com o respectivo cancelamento de 80.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada; (iii) a reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de maneira a refletir as alterações do capital social; e (iv) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar ou exercer todos e quaisquer atos relacionados à implementação das deliberações acima.

**5. Deliberações:** A Acionista presente resolveu aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a conversão do AFAC no valor de R\$ 30.000,00 para o aumento do capital social da Companhia, passando dos atuais R\$425.015.833,21, para R\$ 425.015.833,21, um aumento, portanto, de R\$ 30.000,00, mediante a emissão de 30.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão de R\$1,00 cada, conforme estabelecido no §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações; 5.1.1. As novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ora emitidas pela Companhia, são neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pela Acionista da Companhia, **Ibitu Energias Renováveis S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, parte, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.526/0001-84, conforme devidamente detalhado no Boletim de Subscrição, que integra a presente ata, como **Anexo I**; **5.2.** Ato subsequente, aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais R\$ 425.015.833,21, para R\$ R\$ 345.015.833,21 uma redução, portanto, de R\$ 80.000.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Companhia com o respectivo cancelamento de 80.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das Sociedades por Ações. 5.2.1. Consignar que, nos termos do §1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirográficos por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. 5.2.2. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2.1 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirográficos por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.2.3. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante R\$ 80.000.000,00, será restituída à Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. **5.3.** Em virtude do aumento e da redução de capital ora deliberados, nos termos dos itens 5.1 e 5.2 acima, aprovar a alteração do **Artigo 5º do Estatuto Social** da Companhia, refletir as deliberações tomadas nesta assentada, que passa a vigorar seguinte redação: "Artigo 5º. O *Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 345.015.833,21, dividido em 345.015.833 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.*" **5.4.** A Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos, Presidente; Viviane De Oliveira Soares, Secretária. **Acionista:** Ibitu Energias Renováveis S.A. "A presente ata confere com a original, lavrada em livro próprio". São Paulo, 09/08/2024. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos, **Presidente;** Viviane de Oliveira Soares, **Secretária.** **Acionista:** **Ibitu Energias Renováveis S.A.,** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos e Viviane de Oliveira Soares.

Genco Holding Participações S.A.

CNPJ/MF nº 43.296.632/0001-57 - NIRE 35 300 575 717

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2024

**1. Data, Hora e Local:** Aos 29 dias de julho de 2024, às 10:00, na sede social da **Genco Holding Participações S.A. ("Companhia")**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 91, sala 18, Cidade Jardim, CEP: 05.676-120.

**2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas.

**3. Mesa:** Presidente: Sr. Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz, Secretária: Márcia Pacianotto Ribeiro.

**Ordem do Dia:** Reunir-se os acionistas parei examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) A aprovação da outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória (*continuing guaranty*) regida sob as leis do Estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, em favor da Stonebriar Commercial Finance LLC ("Stonebriar") ("Garantia"), nos termos do "Continuing Agreement" a ser celebrado entre a Companhia e a Stonebriar ("Contrato de Garantia"), em garantia às obrigações a serem assumidas pela Focus Genco LLC ("Focus Genco") no âmbito do "Loan & Security Agreement", a ser celebrado entre a Focus Genco e a Stonebriar ("Contrato de Financiamento"), e dos demais documentos relativos ao financiamento a ser contratado pela Focus Genco junto a Stonebriar, no montante total de USD 20.000.000,00 ("Financiamento"); (ii) A celebração, pela Companhia, do Contrato de Garantia, bem como todos e quaisquer documentos relacionados ao Financiamento e à Garantia; (iii) A autorização aos diretores e/ou procuradores da companhia conforme o caso para praticar todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações desta assembleia, à contratação do Financiamento, à assinatura do Contrato de Garantia, bem como à outorga e aperfeiçoamento da Garantia, incluindo, sem limitação, a assinatura de quaisquer aditamentos, anexos, procurações, notificações, certificados e quaisquer outros documentos relacionados ao Financiamento, à Garantia e ao Contrato de Garantia; e (iv) A ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, para a efetivação das deliberações desta assembleia, da contratação do Financiamento e da celebração do Contrato de Garantia.

**4. Deliberações:** Instalada a assembleia geral extraordinária e após o exame e a discussão das matérias constantes da crdem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: (i) Aprovar, no âmbito do Financiamento, a outorga da Garantia, em garantia das obrigações a serem assumidas pela Focus Genco no Contrato de Financiamento e nos demais documentos do Financiamento, nos termos do Contrato de Garantia; (ii) Aprovar a celebração, pela Companhia, do Contrato de Garantia, bem como todos e quaisquer documentos relacionados ao Financiamento e à Garantia; (iii) Autorizar os diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, a praticar todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações desta assembleia, à contratação do Financiamento, à assinatura do Contrato de Garantia, bem como à outorga e aperfeiçoamento da Garantia, incluindo, sem limitação, a assinatura de quaisquer aditamentos, anexos, procurações, notificações, certificados e quaisquer outros documentos relacionados ao Financiamento, à Garantia e ao Contrato de Garantia; e (iv) Ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, para a efetivação das deliberações desta assembleia, da contratação do Financiamento e da celebração do Contrato de Garantia.

**5. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, qual foi elaborada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos, e conterà apenas a transcrição das deliberações tomadas. Observando-se para o que dispõe as alíneas "a" e "b" do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A.. Após reaberta sessão foi lida aprovada por todos. Mesa: Presidente: Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz, Secretária: Márcia Pacianotto Ribeiro. Acionistas Presentes: Alan Zelazo, Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz, Henrique Coelho Casotti, Carlos Baccan Netto, Kaioà Carlos Gomes, Diego Velloso, Márcia Pacianotto Ribeiro e Adriano Cezário de Oliveira. São Paulo/SP, 29 de julho de 2024. JUCESP nº 298.011/24-4 em 06/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 19 de agosto de 2024

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 19 de agosto, às 10h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência *Google Meet*, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a renúncia de membro da Diretoria da Companhia; (ii) a eleição de membro para compor a Diretoria da Companhia; (iii) a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; e (iv) a autorização para administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) a (iii) acima. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – [ri@athenasau.de.com.br](mailto:ri@athenasau.de.com.br), com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 9 de agosto de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente. (09, 10 e 13/08/2024)

3 Enes Administração de Bens S/A.

CNPJ/MF nº 54.133.574/0001-67 – NIRE 35.300.633.148

Ata de Assembléia Geral Ordinária realizada em 01 de março de 2024

**1. Data, local e hora:** Aos 01 de Março de 2024, às 10h, na sede da **3 Enes Administração de Bens S/A.**, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, na Rua do Retiro, nº 550, Apto A-71, Bairro Anhangabau, Cep 13.209-000.

**2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, dispensada a publicação de editais de Convocação, em conformidade com o disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76.

**3. Mesa:** Presidente: Sebastião Eduardo Milaré; Secretária: Naisa Cássia Teixeira Milaré.

**4. Ordem do Dia:** Doação de Ações. **1.** O Sr. **Sebastião Eduardo Milaré**, Brasileiro, maior, casado pelo regime de comunhão universal de bens, representante comercial, portador da cédula de identidade Rg nº 7.920.158-1 SSP/SP, expedido em 19/10/2021 e do CPF (MF) nº 580.610.538-53, nascido em 12/02/1951, na cidade de Fernandópolis/SP, residente e domiciliado na Rua do Retiro, nº 550, Apto A-71, Cep 13.209-000, Bairro Anhangabau, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo; doa neste ato 9.000 (nove mil) ações, com valor nominal de R\$ 9.000,00 (nove mil) reais, para: **Izildinha do Carmo Teixeira Milaré**, brasileira, maior, casada pelo regime de comunhão universal de bens, empresária, nascida de cidade Jales/SP, em 11/06/1953, portadora da cédula de identidade Rg nº 6.060.699-X SSP/SP emitido em 10/10/216 e do CPF (MF) nº 029.052.858-50, residente e domiciliada na Rua do Retiro, nº 550, Apto A-71, Cep 13.209-000, Bairro Anhangabau, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo; **2.** A Sra. **Naisa Cássia Teixeira Milaré**, Brasileira maior, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nutricionista, portadora da cédula de identidade Rg nº 35.278.796-X SSP/SP, expedido em 27/081996 e do CPF (MF) nº 326.469.548-08, nascida em 22/05/1982, na cidade de Fernandópolis/SP, residente e domiciliada na Rua Horácio Soares de Oliveira, nº 550, Casa 14, Bº Chácara Malota, Cep 13.211-534, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo; doa neste ato 1.000 (uma mil) ações, com valor nominal de R\$ 1.000,00 (um mil) reais, para: **Izildinha do Carmo Teixeira Milaré**, brasileira, maior, casada pelo regime de comunhão universal de bens, empresária, nascida de cidade Jales/SP, em 11/06/1953, portadora da cédula de identidade Rg nº 6.060.699-X SSP/SP emitido em 10/10/2016 e do CPF (MF) nº 029.052.858-50, residente e domiciliada na Rua do Retiro, nº 550, Apto A-71, Cep 13.209-000, Bairro Anhangabau, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo; Em virtude da alteração do quadro de acionistas da **3 Enes Administração de Bens S/A.**, o capital social de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) divididos em 20.000 (vinte mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuídas entre os Acionistas conforme abaixo:

Acionistas	Qtde de Ações	Valor Nominal (R\$)
Sebastião Eduardo Milaré	10.000	10.000,00
Izildinha do Carmo Teixeira Milaré	10.000	10.000,00
<b>Total</b>	<b>20.000</b>	<b>20.000,00</b>

**Deliberações:** Instalada a sessão e composta a Mesa Dirigente, foram adotadas as seguintes decisões: **1)** Os doadores, os donatários e a Sociedade, concedem reciprocamente, a maus ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação à doação das ações aqui prevista, para mais nada reclamarem, a qualquer tempo, seja a que título for. **2)** Diante da doação acima mencionada, a Sra. **Naisa Cássia Teixeira Milaré**, deixa de fazer parte do quadro de acionista da empresa. **3)** Diante da saída da Sra. **Naisa Cássia Teixeira Milaré**, os atuais acionistas efetuaram a eleição da nova diretoria, verificando o seguinte resultado; Diretor Presidente: **Sebastião Eduardo Milaré**, acima qualificado; Diretora Vice-Presidente: **Izildina do Carmo Teixeira Milaré**, acima qualificada. **4)** Em virtude das alterações acima mencionadas, os acionistas emitem novo boletim de subscrição, o qual encontra-se anexo à presente e assinado pelos mesmos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ATA, que, após lida e achada em conformidade, foi aprovada pelos presentes que a subscrevem, sendo assinada por todos. Jundiá, 01 de Março de 2024. Sebastião Eduardo Milaré – Presidente da Mesa; Izildinha do Carmo Teixeira Milaré; Naisa Cássia Teixeira Milaré – Secretária da Mesa. Diretores Eleitos: Sebastião Eduardo Milaré; Izildinha do Carmo Teixeira Milaré. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 153.470/24-0 em 16/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Srs. acionistas da **FORTEC S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS** ("Companhia") convocados a se reunirem em **16 de agosto de 2024**, às 11:00 hrs, na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, São Paulo/SP (sede social), para a realização da Assembleia Geral Ordinária, com a finalidade de (i) examinar, discutir e deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) fixar a remuneração anual global da diretoria. Os avisos de disponibilização dos documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicados nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2024, na forma da lei. **Thales Lobo Peganha** - Diretor Presidente. (08, 09 e 10/08/2024)

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/08/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

